



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

UNIDADE JUDICIAL: 10ª Vara Cível e Empresarial de Belém

EDITAL: 008/2022- CG, DJ de 25 de abril de 2022

MODALIDADE: Presencial

PERÍODO: 17 a 19 de maio de 2022

1. INFORMAÇÕES DA UNIDADE

1.1. Juiz, competência, endereço.

Juiz titular/em exercício:	Marielma Ferreira Bonfim
Período de exercício:	Assumiu em 31.08.2007
Grupo de risco?	Não
Competência:	Cível, Comércio e Sucessões, conforme Resolução nº 023/2007-GP, de 13.05.2007
Endereço:	Fórum Cível de Belém
Telefone:	(91) 3205-2240
E-mail:	<u>10civelbelem@tjpa.jus.br</u>

1.2. Corpo Funcional da Unidade.

1.2.1. Servidores do Gabinete.

	Nome	Cargo	Função	Grupo de risco?
1.	Aline Ferreira dos Santos de Vasconcelos	Analista judiciário	Ju-	Não
2.	Camila Carvalho Vieira	Analista judiciário (teletrabalho)	Ju-	Não
3.	Simone de Fátima Nascimento Pamplona	Analista judiciário	Ju- Assessora	Não
4.	Geórgia Queiroz Pereira	Analista judiciário	Ju-	Não

1.2.2. Servidores da 2ª UPJ Cível e Empresarial de Belém (esta UPJ atende 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª Varas Cíveis e Empresariais de Belém)

Nome	Cargo	Teletrabalho
-------------	--------------	---------------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1. Adriano Moda Silva	Analista diciário	Ju-	Sim
2. Alysson Nunes Santos	Analista diciário	Ju-	Sim
3. Angelina Moura da Rocha	Analista diciário	Ju-	
4. Claudio Cezar Souza Martins	Analista diciário	Ju-	
5. Danielle Ribeiro Russo de Araújo	Auxiliar diciário	Ju-	
6. Elomar Costa Pereira	Analista diciário	Ju-	
7. Fábio Hellann Martins Costa	Analista diciário	Ju-	
8. Flavianne Trindade Alves	Auxiliar diciário	Ju-	
9. Giselle Mourão de Aquino Vila	Auxiliar diciário	Ju-	
10. Ivan Tavares Neiva	Analista diciário	Ju-	
11. Josiane Trindade de Sousa	Analista diciário Coordenadora da 2ª UPJ	Ju-	
12. Moises Dutra de Moraes	Analista diciário	Ju-	
13. Núbia Helena Alves Cordovil	Auxiliar diciário	Ju-	
14. Raphaela Ribeiro de Almeida Chaves	Analista diciário	Ju-	
15. Renata Celi do Carmo Almeida Lima	Analista diciário	Ju-	
16. Samantha Cunha Szekacs	Analista diciário	Ju-	
17. Sérgio José Costa Coutinho	Auxiliar diciário	Ju-	
18. Stélio Nazareno Almeida do Rosário	Analista Judiciário		
19. Swami Assis Santiago Alves	Analista diciário	Ju-	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

20. Tales Wilhame Gomes da Silva	Auxiliar Judiciário	Sim
21. Wanessa Regina Mendonça Rayol	Analista Judiciário	

1.2.3. Estagiários do Gabinete.

	Nome	Início do Estágio	Grupo de risco?
1.	Igor da Silva Dias	03.03.2022	Não.

1.2.4. Servidores cedidos – **NÃO HÁ**

1.2.5. A unidade judiciária encontra-se com lotação paradigma de servidores?

() Sim () Não

OBS.: Na tabela mais recente disponibilizada pela Secretaria de Gestão no site do TJPA não há parâmetro de lotação paradigma para unidades componentes de UPJ vinculada. Ressalta-se que a unidade correicionada possui quantitativo de servidores no gabinete igual ou superior às demais unidades componentes da mesma UPJ.

1.3. ESTRUTURA FÍSICA - GABINETE, SECRETARIA E UPJ.

1.3.1. Gabinete.

A equipe da unidade aponta necessidade de substituição de computadores. O gabinete da unidade possui estrutura adequada ao funcionamento de unidade digital para o número de servidores e estagiário que trabalham presencialmente.

1.3.2. Secretaria ou UPJ.

PREJUDICADO em razão da unidade ser componente de UPJ.

2. DIREÇÃO DO FÓRUM - PREJUDICADO

3. METAS NACIONAIS CNJ.

3.1. Meta 1 - 2021 CNJ

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Ano	Distribuídos	Julgados	Grau de Cumprimento
------------	---------------------	-----------------	----------------------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2021	840	539	64,09%
------	-----	-----	--------

Ver Resultado no Portal das Metas Nacionais: <https://www.tjpa.jus.br//CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1047327>

3.2. Meta 2 - 2021 CNJ

Identificar e julgar, até 31.12.2021, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31.12.2017.

Ano	Alvo da Meta	Total de Julgados	Grau de Cumprimento
2021	5634	6159	109,33%

Ver Resultado no Portal das Metas Nacionais: <https://www.tjpa.jus.br//CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1043427>

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1. LIBRA.

Processos em tramitação na unidade:	549
Processos fora da unidade (MP, DP, advogado, outros):	517
Mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30 ou 60 dias:	DADO NÃO DISPONÍVEL
Processos paralisados há mais de cem dias:	225
Processos com prioridade legal paralisados há mais de cem dias:	15
Sentenças homologatórias de acordo no ano anterior:	13

Obs.: Dados fornecidos pela assessoria da unidade correicionada em 18.05.2022.

4.2. PJE.

Total de processos e procedimentos não arquivados definitivamente na data da abertura da correição:	4.325
Total do acervo processual, exceto carta precatória, inquérito policial, notificações, interpelações:	4.323
Processos arquivados definitivamente no ano anterior:	333
Processos com prioridade legal paralisados há mais de cem dias:	428
Processos paralisados há mais de cem dias em secretaria:	76
Sentenças proferidas no ano anterior (exceto homologatórias):	388
Sentenças homologatórias de acordo no ano anterior:	36

Obs.: Dados fornecidos pela assessoria da unidade correicionada em 18.05.2022.

5. ROTINA DE TRABALHO DO GABINETE

5.1. Informações Gerais.

5.1.1. Dados Estatísticos:

Iniciais aguardando primeiro despacho:	57
--	-----------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tutelas de urgência aguardando há mais de cinco dias:	10
Processos paralisados há mais de cem dias no gabinete:	88
Processos conclusos para julgamento:	56
Quantidade de processos com prioridade legal conclusos:	83

Dados fornecidos pela assessoria da unidade correicionada em 18.05.2022.

5.1.2. Identifique as etiquetas utilizadas no gabinete para otimização dos atos judiciais.

Inicial, pedido liminar, gratuidade, conflito de competência, Sisbajud e Renajud.

5.1.3. É realizada a análise dos pedidos de assistência judiciária no primeiro ato judicial seguinte o pleito?

Sim Não

5.1.4. Nos processos que demandam análise de diversas questões, sob que natureza é cadastrado o ato judicial proferido após a análise de apenas uma delas ou de parte do pedido?

Ver Ofício-Circular nº 104/2021-CGJ – decisão interlocutória de mérito, Código 12185.

Decisão interlocutória.

5.1.5. A unidade adota os modelos de despacho-mandado, despacho-carta e despacho-ofício, lançando endereço no corpo ou no verso do ato?

Provimentos nº 003/2009 e 011/2009 da CJRMB.

Sim Não

Resposta conforme verificado, por amostragem, no processo 0837816-93.2017.814.0301 e 0000005-68.1975.814.0301.

5.1.6. Qual boa prática é utilizada pelo gabinete com vistas à elevação da produtividade?

Não identificado.

5.1.7. A publicação dos atos judiciais é realizada pelo gabinete?

Sim Não

OBS.: A equipe do gabinete da unidade, por ocasião da correição, noticiou que passou a realizar a publicação dos atos judiciais no sistema PJE em decorrência da orientação dada pela secretaria numa consulta (Autos PJE Cor nº 0003651-18.2021.2.00.0814), momento em que foi reforçada a importância desta rotina pel equipe da CGJ.

5.1.8. Existem processos conclusos em gabinete oriundos de outra secretaria de Unidade Judicial em razão de suspeição ou impedimento daquele Magistrado?

Sim Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Os processos nesta situação são verificados pela magistrada utilizando-se do perfil da 09ª Vara Cível e Empresarial, da qual é substituta. Da checagem da caixa de conclusos da 09ª Vara Cível (pelo perfil da juíza titular da 10ª) não foi possível identificar processos identificados com etiquetas para fins de suspeição.

5.1.9. Em quantos processos o Juiz da Unidade Judicial atua em razão de suspeição ou impedimento de outro magistrado?

Dado não informado pelo gabinete da unidade.

5.1.10. Considerando os últimos 12 meses em quantos feitos o Juiz da Unidade firmou suspeição ou declarou-se impedido?

Nenhum.

5.2. Audiências.

5.2.1. Em quais dias da semana são realizadas as audiências?

Terça, quarta e quinta. Realiza instrução e conciliação em todos estes três dias.

5.2.2. Os dias designados para audiência são pautados processos com a mesma matéria? Qual outro critério?

Não. O critério utilizado é por tipo de audiência “instrução” e “conciliação”, sendo que em todos os dias (terça, quarta e quinta) são realizadas ambos os tipos de audiência. Tentam ajustar a pauta a partir da complexidade da matéria envolvida nas demandas, o que ocorre, por exemplo quando é marcado 04 (quatro) audiências de conciliação e uma de instrução no mesmo dia.

5.2.3. Quando há redesignação de audiência, qual o tempo médio para que a mesma seja efetivamente realizada?

Em regra, é redesignada em 30 (trinta) dias. O prazo pode ser maior quando há necessidade de realização de perícia.

5.2.4. A Unidade organiza no início do ano para pauta específica de projeto de conciliação Nacional e Estadual (JUNHO E NOVEMBRO)? Caso a organização não ocorra no início do ano, quanto tempo antes dos eventos de conciliação é realizada a separação dos processos e organização da pauta?

As audiências são realizadas na pauta ordinária na Vara. Não há programação específica para a Semana de Conciliação.

5.2.5. A unidade observa o estabelecido no art. 334 do CPC (conciliação preliminar)?
(x) Sim () Não

5.2.6. Quantidade de audiências designadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Ano	Conciliação	Instrução
2021	2	17

*Dados fornecidos pela unidade

5.2.7. Quantidade de audiências realizadas.

Ano	Conciliação	Instrução
2021	3	15

*Dados fornecidos pela unidade

5.3. Sistemas.

5.3.1 A unidade utiliza os sistemas abaixo? Assinalar Sim (S) ou Não (N).

a) SISBAJUD

Sim (X) Não	Data do último
()	acesso: 13.05.22

b) INFOJUD

Sim (X) Não	Data do último
()	acesso: 16.05.22

c) INFOSEG

Sim () Não	Data do último
(X)	acesso:

d) RENAJUD

Sim (X) Não	Data do último
()	acesso: 16.05.22

e) SNA

Sim () Não	Data do último
(X)	acesso:

f) NATJUS e E-NATjus

Sim () Não	Data do último
(X)	acesso:

g) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa

Sim () Não	Data do último
(X)	acesso:

h) SDJ

Sim (X) Não	Data do último
()	acesso: Acessa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

periodicamente para
assinatura de
alvarás.

5.3.2. Quantos processos aguardam para consulta nos sistemas SISBAJUD, INFOJUD, INFOSEG e RENAJUD?

RENAJUD: 7

SISBAJUD: 28

INFOJUD: 4

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA/UPJ.

6.1. Informações gerais.

6.1.1. Dados estatísticos.

Quantidade de cartas precatórias recebidas e não finalizadas:	Prejudicado em razão da existência de vara privativa
Quantidade de cartas precatórias expedidas e não devolvidas, com prazo extrapolado:	o acompanhamento é realizado quando da análise individual dos processos no PJE.
Quantidade de mandados com prazo extrapolado, exceto prorrogado judicialmente:	Não há ferramenta disponível para controle. O acompanhamento é realizado quando da análise individual dos processos no PJE, em tais caso, o servidor envia e-mail para a Central de Mandados e/ou Oficial de Justiça que foi distribuído os mandados.
Quantidade de autos extraviados:	0

6.1.2. Há na unidade tramitação conjunta de processos físicos e eletrônicos?

UPJ em fase de digitalização.

6.1.3. Identifique as etiquetas utilizadas para identificar as prioridades legais.

Idoso. Saúde.

6.1.4. Os servidores e estagiários possuem e utilizam senha individual para acessar os sistemas?

Sim Todos possuem senhas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

6.1.5. Consta expediente pendente de resposta oriundo da Presidência do TJPA, da Corregedoria Geral de Justiça e das Coordenadorias de Juizados, Violência doméstica e Infância e Juventude? Identifique.

Não.

6.1.6. O processo eletrônico migrado do Sistema Libra, antes de ser encaminhado para a primeira análise no gabinete do magistrado, é organizado em secretaria e etiquetado?

Sim.

6.1.7. É realizada a alteração de fase processual no sistema nos processos que já se encontram sentenciados?

Sim.

6.1.8. Com que frequência é realizado o procedimento de baixa processual dos feitos?

Diariamente.

6.1.9. São fixadas metas de trabalho para cada servidor dentro das atribuições para a qual foram designados na unidade?

Sim. Foi elaborado Plano de Ação em colaboração com a Gestão Estratégica.

6.1.10. A secretaria observa o pagamento antecipado de custas para o cumprimento dos atos processuais (art. 12, c/c parágrafo único do art. 23 da Lei 8.328/2015)?

Art. 12. Caberá às partes recolher antecipadamente as custas processuais dos atos que requeiram ou de sua responsabilidade no processo, observado o disposto nesta Lei.

Art. 23. Parágrafo único. É vedado ao diretor de secretaria e ao secretário de Câmara praticar ato processual sem a comprovação do recolhimento prévio das respectivas custas, sob pena de responsabilidade, ressalvados os casos previstos no §3º do art. 12 desta Lei, determinação judicial expressa, isenção legal, beneficiário da assistência judiciária ou ato de ofício destinado a intimar a parte para recolher as custas processuais.

Sim.

6.1.11. A Secretaria tem cumprido o art. 26 da Lei 8.328/2015?

Art. 26. O Diretor de Secretaria, antes da conclusão dos autos para sentença, ou o Secretário de Câmara, antes da publicação da pauta de julgamento, sob pena de responsabilidade, ressalvadas as hipóteses de assistência judiciária e isenções legais, deverá tramitar o processo à unidade de arrecadação competente para que esta elabore a conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos até então praticados. § 3º. Na hipótese de pendência de pagamento das custas processuais, após a realização da conta de custas finais, o Diretor de Secretaria ou o Secretário de Câmara do TJPA providenciará a intimação do autor para pagamento do respectivo boleto.

Sim.

6.1.12. Quantos processos encontram-se na UNAJ aguardando apuração de custas? Qual a data do processo mais antigo?

Foi informado pela unidade que o sistema PJE não fornece relatório para tal finalidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

6.1.13. Por ocasião do arquivamento é observado o lançamento do respectivo movimento em processo porventura apenso ao principal?

Sim.

6.1.14. Há processos com depósito judicial sem movimentação há mais de 03 (três) anos? Anexar relatório expedido pelo SDJ.

Sim.

6.1.15. Qual o número de processos paralisados aguardando estudo social, laudo pericial, exame de DNA, etc.? Quais providências são adotadas diante atraso injustificável na remessa dos referidos documentos?

PREJUDICADO.

6.1.16. De que forma são controlados os prazos processuais?

Relatório do Painel de Gestão e a ordem estabelecida no PJE.

6.1.17. Com relação aos processos que se encontram com carga externa, como são controlados os prazos e qual o método utilizado para solicitar a devolução dos mesmos?

Relatório expedido pelo LIBRA.

Unidade já conta com mais de 90% do acervo digitalizado.

6.1.18. Listar os 5 (cinco) processos que estão há mais tempo fora da Secretaria ou UPJ.- **PREJUDICADO**

No Relatório extraído da página inicial no sistema LIBRA no perfil da Secretaria da 10ª Vara Cível e Empresarial não há processos com “Carga MP/Advogado, Defensor Público.

INCONSISTÊNCIA COM A INFORMAÇÃO LANÇADA NO ITEM 4.1.

6.1.19. Há efetivo controle pela Secretaria/UPJ sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos Oficiais de Justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade?

A equipe informou que não há ferramenta disponível para controle. O acompanhamento é realizado quando da análise individual dos processos do PJE, em tais casos, o servidor envia e-mail para a Central de Mandados e/ou Oficial de Justiça a que foi distribuído o Mandado.

6.1.20. Listar os 10 (dez) expedientes mais antigos pendentes de cumprimento pelos Oficiais de Justiça.-

PREJUDICADO EM RAZÃO DA RESPOSTA DO ITEM ANTERIOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

6.1.21. Quais as modalidades de atendimento ao público realizada? Quantos servidores são designados para o atendimento? Há um controle do quantitativo de atendimento realizado?

O atendimento é realizado através do “Balcão Virtual”, “Presencial”, “telefone 3205-2190”, e “e-mail”. O Núcleo de atendimento conta atualmente com 03 servidores, 01 coordenador e 01 estagiário, para as cinco varas que integram a UPJ.

O quantitativo médio de atendimentos por dia:

Balcão Virtual – 43

E-mail – 40

Telefone – 27

Presencial - 56

6.1.22. Há processos físicos aguardando envio para o arquivo?

Não.

6.1.23. Existe espaço exclusivo utilizado como arquivo? Caso positivo, especifique a organização.

Não.

7. CRIMINAL - PREJUDICADO

8. EXECUÇÃO PENAL - PREJUDICADO

9. DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - PREJUDICADO

10. JUIZADOS ESPECIAIS- PREJUDICADO

11. FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÃO FISCAL - PREJUDICADO

12. RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PREJUDICADO

13. ANÁLISE DE PROCESSOS E RECOMENDAÇÕES.

13.1. Análise de 5 (cinco) processos por amostragem.

Analisar regularidade dos atos processuais, cumprimento dos prazos e regularidade da cobrança das custas judiciais.

Número do processo	Hipóteses	Observações ou recomendações
1. 0000117-72.2015.814.0301	a) Não b) Não c) Sim	Classe: Execução de Título Extrajudicial Assunto: Levantamento de valor Meta 2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

			<p>Processo não julgado (digitalizado)</p> <p>Conclusão da virtualização em 09.12.2021 – vide id 44457548</p> <p>Há duas petições apresentadas pela autora da demanda em 01 de março e 22 de março de 2022 quanto a manifestação sobre a digitalização dos autos e interesse na continuidade do processo.</p> <p>Não há análise da questão apresentada pela autora sobre a migração pela secretaria tampouco movimento de conclusão dos autos.</p>
2.	0000385- 29.2015.814.0301	a) Não b) Não c) Sim	<p>Classe: Procedimento Comum Assunto: Contratos Bancários Meta2</p> <p>Processo não julgado (digitalizado)</p> <p>Conclusão da virtualização em 12.01.2022 – vide id 47007543, inclusive com intimação para a manifestação das partes.</p> <p>Não consta apresentação de petição pelas partes nem acompanhamento pela secretaria de decurso de prazo da intimação sobre o ato ordinatório acerca da virtualização dos autos, sendo que o prazo finalizou em 31.01.2022</p> <p>Última decisão antes da migração determinou citação do réu (data 17.05.2021).</p> <p>Ainda não há cumprimento da referida decisão.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

			Existem nos autos diversas determinações de citação em endereços diferentes, sendo que a parte autora apresenta comprovante de recolhimento de custas para fins de expedição de Mandado por Oficial e o Mandado é encaminhado via correios.
3.	0000251- 02.2015.814.0301	a) Não. b) Não c) Sim	Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Assunto: Alienação Fiduciária Meta 2 Processo não julgado Último movimento data de 19.04.22 e corresponde a juntada de certidão do setor de digitalização sobre a conversão do meio físico para eletrônico. Ainda não houve atos de secretaria após a migração. Em razão dos autos estarem paralisados desde 2015 (ocasião em que foi determinada a Busca e Apreensão), em 16 de abril de 2021 houve decisão judicial para intimação do autor sobre interesse no prosseguimento do feito.
4.	0837816- 93.2017.814.0301	a) Sim b) Prejudic c) Não	Classe: Alvará Judicial Assunto: Administração de herança Justiça Gratuita (id 8907081) Último despacho data de 14.09.2021 com finalidade de expedição de ofício à FUNASA para que confirme a inexistência de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

beneficiários reconhecidos para a concessão de pensão.

Não utilizou despacho/ofício.

Despacho foi publicado no DJ.

Últimos movimentos são informações de decurso de prazo de 27.11.2021.

Restou verificado que o Juízo a quem coube inicialmente o pedido solicitou apresentação de documentos para decidir sobre a gratuidade (id 3477249) e, em seguida, determinou redistribuição de autos por incompetência (id 5660716). Na primeira decisão no Juízo da 10ª Vara foi deferida a Justiça Gratuita.

No sistema Pje está marcado como “justiça gratuita”.

Processo aguardando expedição de ofícios – não foi utilizado despacho/ofício – desde setembro de 2021.

5. 000138280.2013.814.0301 a) Não
b) Sim
c) Não

Classe: Monitória
Assunto: Pagamento
Meta 2

Após migração dos autos concluída em 11 de janeiro de 2022 (vide ato ordinatório id 46943811), o último movimento é uma petição da empresa autora apresentando recolhimento de custas para expedição de novo mandado de citação – data 21.02.2022

A última e única decisão (fl. 50 dos autos físicos digitalizados) data de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

16 de abril de 2013, sendo o processo movimentado com uma sequência de certidões, petições com comprovações de custas e atos ordinatórios.

13.2. Análise de até 05 (cinco) processos, por amostragem, com Carta Precatória expedida.

Analisar data de remessa, meio de remessa, prazo de cumprimento e cobrança de cumprimento e devolução.

Número do processo	Juízo deprecado	Observações ou recomendações
1. 0818817-87.2020.814.0301		Finalidade: pagamento de custas para cumprimento de precatória. Expedição de AR em 11.04.2022
2. 0865371-17.2019.814.0301	Oeiras do Pará	Finalidade: Expedição de AR para fins de citação em Oeiras do Pará.
3. 0808669-17.2020.814.0301	Comarca de Brasília	Finalidade: citação da ré O último movimento é o despacho datado de 28.10.2021 para que fosse expedida carta precatória, sendo que não consta qualquer informação posterior de carta foi expedida para fins de citação da ré.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

13.3. Análise de 05 (cinco) processos, por amostragem, com Cartas Precatórias recebidas – PREJUDICADO em razão da existência de Vara privativa de cartas precatórias na comarca de Belém.

13.4. Análise dos 05 (cinco) processos mais antigos em tramitação na unidade.

1. **Número do processo 0000005-68.1975.814.0301 (LIBRA)**
CLASSE: Inventário
Data do último ato: 17.11.2021

Observações:

Há alerta de petições pendentes de juntada.

Último despacho data de 17.11.2021 determinando diligências - reiteração de ofício ao Juízo da 09ª Vara Cível e Empresarial de Belém para informações de débito atualizado e ofícios à outras varas cíveis de Belém para informações atualizadas de débito.

Nota-se que os despachos em que foram determinadas expedições de ofício não foram cadastrados como despacho/ofício, tampouco constaram do ato judicial que serviram como ofício. Até o presente momento não foram expedidos os ofícios em cumprimento aos respectivos despachos.

Existem 03 (três) documentos protocolados nos autos físicos que ainda não foram juntados para fins de de envio à apreciação do juiz, sendo o último protocolo em 13.12.2021.

Em decisão datada de 12.11.2018 tem-se que os autos foram desarquivados para fins de celebração de acordo perante a Coordenadoria de Precatórios do TJPA e recebimento de recursos provenientes do precatório nº 033/2016.

Recomendações: utilização de despacho/ofício e decisão/ofício, assim como despacho/mandado e decisão/mandado, tudo em atendimento ao princípio da eficiência e aos provimentos nº 003/2009 e 011/2009 da CJRMB.

OBS.: Informações obtidas através de consulta do processo apenas no sistema LIBRA.

-
2. **Número do processo nº 0000071-71.1977.814.0301 (LIBRA)**
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
Data do último ato: 17.11.2021
-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observações:

Processo encontra-se Julgado com sentença datada de 21.10.2009 – extinção sem julgamento do mérito.

Em 13.05.2010 consta protocolo de documento, sendo que na movimentação do referido protocolo há informação de que os autos foram ao setor de arquivo em 21.05.2010, inclusive com respectivo registro na tramitação externa (sistema LIBRA)

Recomendações: É necessária a análise dos autos para fins de baixa processual.

OBS.: Informações obtidas através de consulta do processo apenas no sistema LIBRA.

3. **Número do processo 0000275-79.1989.814.0301 (migrado PJE) – Apenso ao Processo nº 198910102930**
CLASSE: Procedimento Comum
Data do último ato: 24.09.2007

Observações:

Último ato judicial foi em 24.09.2007 em que o Juiz da 4ª Vara Cível de Belém declarou incompetência em razão da matéria e determinou redistribuição à vara competente.
Carimbo de conclusão datado de 27.09.2007
Processo migrado em 08.05.2022

4. **Número do processo 0138515-73.1990.814.0301 (migrado PJE)**
CLASSE: Sobrepartilha
Data do último ato: 13.02.2022 (pelo Juízo da 04ª Vara de Família)

Observações:

Ação de divórcio que prossegue apenas pela partilha de bens. Houve decisão de declinação de competência pela 04ª Vara de Família de Belém datada de 13.02.2022, cabendo a redistribuição à 10ª Vara Cível e Empresarial de Belém em 31.03.2022.

Autos conclusos no gabinete da magistrada para minutar ato de decisão desde 01.04.2022 (Meta 2).

Recomendações: Análise imediata dos autos por se tratar de processo de Meta 2 e estar entre os 05 (cinco) mais antigos da unidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

14. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS.

14.1. Há servidores em teletrabalho?

Sim. A servidora Camila Carvalho Vieira – ANEXO X – Plano de Trabalho

14.2. Há necessidade de realização de treinamento/qualificação específico para servidores? Quais treinamentos?

A equipe apontou desnecessidade de realização de treinamento/qualificação.

15. CORREIÇÕES ANTERIORES.

15.1. Data da última correição ordinária realizada pela Corregedoria:

21 a 24 de junho de 2016 – PA-MEM/2016/18481

15.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria?

Prejudicado em razão do tempo decorrido desde a última correição realizada pela corregedoria.

15.3. Identifique as recomendações não cumpridas

A verificação quanto ao cumprimento das recomendações da última correição ficam prejudicadas pois se referiam à secretaria da unidade (ano 2016), sendo que atualmente a unidade é componente de UPJ, não possuindo secretaria privativa.

15.4. É cumprido o art. 11 do Provimento n. 004/2001 – CJCI? Identificar a data da última correição ordinária periódica e magistrado responsável.

Art. 11 - Anualmente, nos primeiros dias do mês de dezembro, o Juiz realizará a Correição Ordinária em sua Comarca ou Vara.

Não. A última correição realizada pela magistrada titular foi no período de 04 a 08 de junho de 2018 – PA-OFI-2018-09799-A.



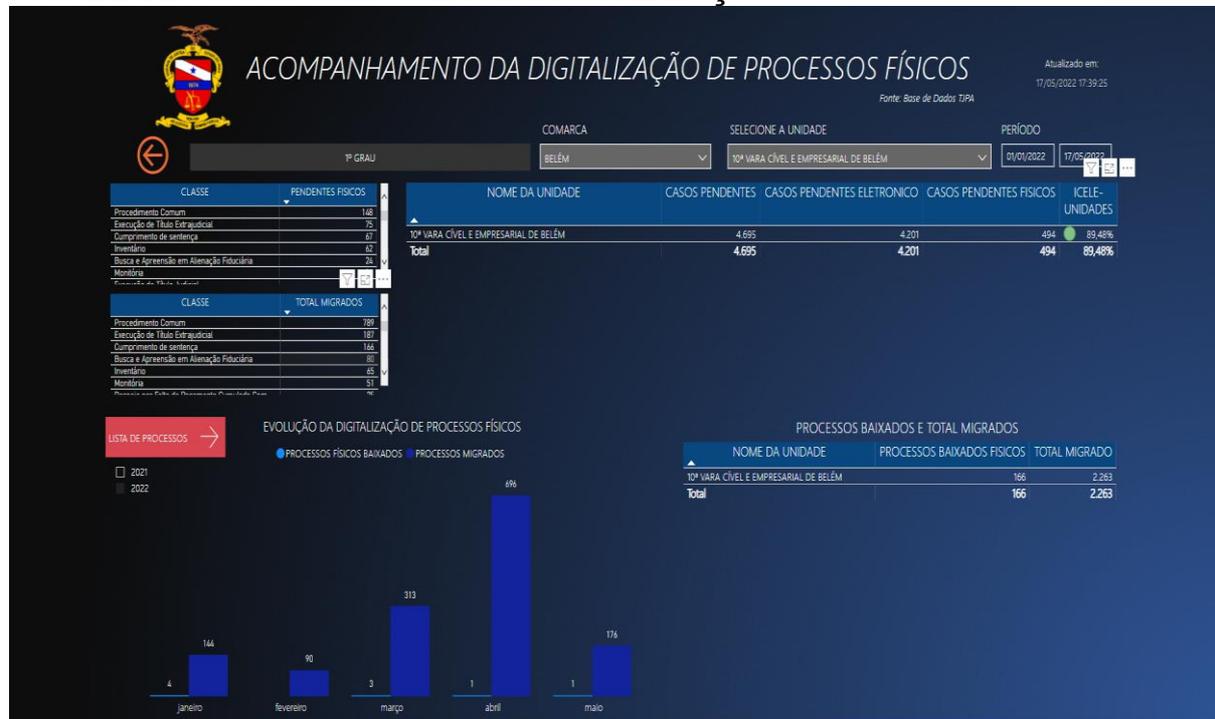
PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

16. PRINT DE TELA

PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA



PAINEL DE ACOMPANHAMENTO DIGITALIZAÇÃO





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

17. PONTOS PARA ANÁLISE E RECOMENDAÇÃO NA DECISÃO CORREICIONAL.

-
- ✓ Não haviam processos físicos em gabinete.
 - ✓ Não há pendências da unidade com relação ao Ofício-Circular nº 046/2022 – CGJ – processos paralisados ativação automática.
 - ✓ Audiências que não foram realizadas em razão de não terem sido expedidos mandados ou não cumpridas as diligências pela UPJ em tempo hábil, a exemplo do processo nº 0826988-04.2018.814.0301 (audiências pautadas para o dia 17 de maio de 2022. Porém na visita à UPJ foi verificado que a designação de audiência para data inferior a 60(sessenta) dias dificulta cumprimento da ordem.
 - ✓ Número de audiências tanto de 2021 é, sendo que 36 (trinta e seis) audiências designadas em 2021 e qualificadas como “outros” não aparecem realizadas.
 - ✓ Nos processos recebidos pela magistrada em razão de suspeição, deve ser lançada etiqueta identificando autos para atuação em razão de suspeição de juiz anterior.
 - ✓ Do ano de 2021 até a data da correição foram identificadas 07 (sete) representações por excesso de prazo apresentadas em desfavor do Juízo da 10ª Vara Cível e Empresarial de Belém – Vide Certidão da Secretaria da CGJ- ANEXO VI.
-

18. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS.

-
- 1. ANEXO I – RELATÓRIO DA SEPLAN**
 - 2. ANEXO II – RELATÓRIOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS**
 - 3. ANEXO III – PAUTA DE AUDIÊNCIAS EXTRAÍDA DO SISTEMA PJE**
 - 4. ANEXO IV – CERTIDÃO REPRESENTAÇÕES POR EXCESSO DE PRAZO**
 - 5. ANEXO V – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA SERVIDORA EM TELETRABALHO**
-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

6. ANEXO VI – CERTIDÃO DA SECRETARIA DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Belém-PA, data conforme assinatura eletrônica.

**SILVIA MARA BENTES
DE SOUZA COSTA:4596** Assinado de forma digital por SILVIA
MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2022.09.01 08:47:18 -03'00'

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça do Pará

**LORENA
RAMOS DO
VALE** Assinado de forma
digital por LORENA
RAMOS DO VALE
Dados: 2022.09.01
13:53:33 -03'00'

Lorena Ramos do Vale
Analista da CGJ